



Revista de Estudos Linguísticos, Literários, Culturais e da Contemporaneidade -

Associada ao programa de mestrado Profletras-UPE-Garanhuns -

aos grupos de pesquisa ARGILEA e DISCENS

ISSN: 2236-1499 - registro na Crossref, d.o.i.: 10.13115/2236-1499

Número Especial 18b – 03/2016 – Com artigos, resumos e comunicações do CONEAB-2015

DOS INDÍGENAS, OS ARTEFATOS: A HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS DO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ, PA¹

Eliane Miranda Costa (UFPA)

RESUMO: o texto apresenta fragmentos da história dos povos indígenas do arquipélago do Marajó, com destaque para a nação dos indígenas Mapuás. Estes indígenas habitaram por volta do século XVI em uma região do município de Breves, hoje conhecida como rio Mapuá. Os povos indígenas deste arquipélago, de acordo com pesquisadores como Pacheco (2010) e Denise Schaan (2009) eram povos numerosos e pertenciam a várias nações, denominados pelos colonizadores de “Nheengaibas”. A maioria dessas nações foi gradativamente “dizimada” da região, sendo sua causa um desafio para a pesquisa científica, em especial, para a arqueologia. No rio Mapuá, região do município de Breves no Marajó, atualmente encontram-se vestígios arqueológicos, principalmente no sítio de cemitério indígena na comunidade Vila Amélia. Neste local, em 1659, ocorreu a negociação entre o Padre Antônio Vieira e o cacique Piyé Mapuá, representante da federação de sete cacicados das nações indígenas do arquipélago de Marajó, onde firmaram um tratado que liberou o tráfego livre de canoas dos colonizadores pelo estreito de Breves e do arquipélago em geral. A discussão ora proposta apoia-se na incursão bibliográfica e em narrativas de moradores do rio Mapuá. Com este exercício foi possível concluir que além dos vestígios, os povos indígenas do rio Mapuá, estão presentes nas práticas, saberes, conhecimentos tradicionais que a maioria dos moradores de hoje do rio Mapuá possuem e se traduzem nas diferentes formas de se relacionarem entre si e até mesmo com a cultura material.

Palavras-Chave: Povos indígenas. História. Cultura material. Arqueologia.

Introdução

O texto apresenta fragmentos acerca da história dos povos indígenas do arquipélago do Marajó, com destaque para a nação dos indígenas Mapuás, uma nação que migrou do Estado do Amapá por volta do ano de 1610 do século XVII, para uma região do município de Breves, conhecida hoje como rio Mapuá, em homenagem a esses indígenas. Para tanto, ancora-se na incursão bibliográfica e em narrativas orais de moradores desse rio coletadas durante minha primeira inserção neste campo de pesquisa, no mês de maio de 2015.

¹ Este texto resulta de minha pesquisa de doutorado em andamento, na qual tenho como objeto o Patrimônio arqueológico do Mapuá, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Nessa inserção, privilegiei como principal estratégia metodológica a história oral, devido nos permitir “captar a experiência efetiva dos narradores” (Queiroz, 2008:42). Assim, realizei conversas com vários moradores do Mapuá, momento em que apresentei minha pesquisa e busquei informações sobre locais onde poderíamos encontrar vestígios arqueológicos. A busca por tais vestígios deu-se não para fazermos escavação², pois não é esse o objetivo da pesquisa, mas para entender como as pessoas se relacionam e interpretam o fragmento material do passado.

Importante ressaltar que a arqueologia e o trabalho arqueológico na contemporaneidade “não se restringe a localização e escavação de sítios e vestígios arqueológicos”. Ao contrário, pode e deve envolver relatos orais como é o caso deste estudo. Ainda sobre a inserção, posso dizer que nesse momento tive contato com o imaginário local sobre os vestígios como sinais do passado e, também, indicador do presente. Esse processo foi também sustentado pelas narrativas orais de cinco moradores coletadas por meio da técnica da entrevista semiestruturada.

Essas entrevistas foram realizadas nas casas de cada interlocutor e gravadas mediante consentimento. Tais entrevistas e os relatos permitiram identificar histórias e artefatos que colaboraram para mapear meu cenário etnográfico e definir os rumos da pesquisa. É parte desses achados na interface com a incursão bibliográfica que sustenta os fragmentos históricos traçados neste texto. Desse modo, que após, essa breve introdução, ensaio trilhar, por meio das pesquisas arqueológicas, a história dos povos indígenas nessa região. Em seguida adentro ao rio Mapuá, para então tentar navegar no percurso da história revelada pelas narrativas orais acerca da cultura material encontrada nessa localidade.

Os povos indígenas do arquipélago do Marajó e a pesquisa arqueológica

“Não é o presente que parece manipular o passado, mas é à força das narrativas passadas quem dirige o casco da história no presente” (Pacheco, 2010:14).

O arquipélago do Marajó localizado na foz do rio Amazonas, longe de ser um “paraíso exótico e primitivo” como as Ilhas Trombriand (Malinowski, 1978), caracteriza-se como uma região rica em termos de recursos hídricos e biológicos. É formado por um conjunto de ilhas, que, em seu todo, constitui a maior ilha fluviomarítima do mundo, com 49.606 Km², configurando-se assim como uma das maiores biodiversidades do planeta. Compreende uma distribuição territorial em regiões composta por campos naturais, zonas de mata, floresta, praias, rios e mar, que segundo Pacheco (2009) forma na parte oriental o chamado Marajó dos Campos – abrange os municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Ponta de Pedras, Chaves, Muaná e São Sebastião da Boa Vista – e na parte ocidental, o Marajó das Florestas, abarcando os municípios de Currealinho, Bagre, Breves, Melgaço, Portel, Anajás, Gurupá e Afuá.

No passado, essa região segundo Schaan (2009:69) “teve uma importância geopolítica enorme durante os dois primeiros séculos que se seguiram à conquista das Américas, sendo palco de disputa entre nações europeias pelo controle do grande rio Amazonas”. Nesse período as pesquisas arqueológicas revelam que essa região conhecida como Ilha Grande de Joanes, era ocupada por diversas nações indígenas, as quais compunham dois grupos: os

² De acordo com a Lei n. 3.924/1961, a escavação em sítios arqueológicos só pode ser realizada por arqueólogo, por meio de autorização expedida pelo IPHAN e publicado em Diário Oficial da União (BRASIL, 1961).

Aruãs e os Nheengaíbas³. O primeiro, falante da língua Aruak, adentrou o Marajó 200 anos antes da colonização e o segundo, significando “gente de língua incompreensível” (Schaan, 2009:33) era composto por 29 nações indígenas diferentes, como Anajás, Mapuás, Pacaucacas, Guajarás e outros (Schaan, 2009) que podem ter migrado dos Andes para essa região (Pacheco, 2009). Uma questão que precisa ser melhor investigada, em especial, pela arqueologia.

Muitas dessas nações foram em parte escravizadas e também dizimadas, sobretudo pelos portugueses com o processo de colonização ocidental. Cabe ressaltar que esse processo de “selvageria” europeia na Amazônia paraense não se deu sem resistência. Os bravos guerreiros indígenas com sua “ferocidade pouco comum tentaram impedir até onde puderam a ocupação de seu território” (Schaan, 2009:69 apud Hemming, 1978; Vieira, 1992).

De acordo com Pacheco (2010:16-17):

O labirinto de ilhas, os ‘Marajós’, e seus habitantes cravados na foz do território a ser conquistado, não assistiram, passivamente, àquelas estranhas chegadas de agentes tão diferentes de suas visões humanas. Experientes em contatos e guerras tribais anteriormente vividas, entre si e com outras nações [...] enfrentaram as caravanas portuguesas por quase 20 anos [...]. Situados em diferentes pontos geográficos da Grande Ilha de Joanes, essas nações lutaram em defesa de seus territórios, modos de ser e viver.

Os portugueses contando com ajuda do Padre Antônio Vieira conseguiram render e escravizar esses indígenas. Schaan (2009) relata que no natal de 1658 Vieira enviou aos chefes dos indígenas nheengaíbas uma carta aberta em que assegurava o cumprimento da lei de 1655 que terminava com a escravidão e a injustiça. Para selar o compromisso a autora relata ainda que, em 1659, Vieira foi ao rio Mapuá, no município de Breves para tentar convencer as tribos Mapuás, os indígenas que mais resistiram às investidas portuguesas.

Nessa viagem Vieira negociou com o cacique Piyé Mapuá, representante da federação de sete cacicados das nações Nheengaíbas, onde firmou um tratado, o qual “assegurava a implementação de duas linhas de frente da política portuguesa no Vale Amazônico” isto é:

A liberdade para se navegar pelos estreitos de Breves, porta de entrada à extração de muitos haveres, riqueza e passagem obrigatória para quem desejasse alcançar Macapá e a Guiana Francesa; e afirmava a presença e a importância da Missão jesuítica na pacificação do gentio através dos aldeamentos (Pacheco, 2010:24).

Isso juntamente com a fundação em Belém do Forte do Castelo, em 1616, ajudou os portugueses vencerem a guerra contra os indígenas e conquistarem esse arquipélago. Dessa maneira os índios que não morreram e fugiram, alguns foram recolocados para as missões religiosas e outros levados para trabalhar para os portugueses como escravos nas fazendas, engenhos, produção de farinha e extrativismos, o que explica a ausência de descendentes diretos dessas nações nos dias atuais, e que, por conseguinte, se fazem presentes nas marcas arqueológicas deixadas.

Para Schaan (2009:7) este arquipélago “esconde vestígios de populações muito antigas – na forma de fragmentos de artefatos e paisagens que contam uma história que pode ter começado há cinco mil anos”. Uma história que começou a ser revelada no final do século

³ “Nheengaíbas era um desqualificativo elaborado por colonizadores ocidentais para negar a multiplicidade de línguas faladas por aqueles ameríndios” (Pacheco, 2010:36).

XIX, quando a arqueologia na Amazônia⁴ surge com as primeiras notícias acerca dos cemitérios indígenas do Marajó dos campos por meio da descoberta de sítios arqueológicos de até 12 metros. Estes abrigavam vestígios que ficaram conhecidos como cultura material (Schaan; Martins; Portal, 2010) e até então revelaram fragmentos da histórica ocupação humana nessa região, antes do contato com os europeus.

Já no Marajó das Florestas pouco se sabe sobre a cultura material e, por conseguinte, a ocupação humana pré-histórica nessa região, isso porque em termos arqueológicos até a realização do Inventário⁵ conduzido por pesquisadores da Universidade Federal do Pará nos anos de 2008 a 2009 a convite do Instituto Nacional de Patrimônio Histórico (UPHAN) “apenas um trabalho havia sido realizado” (Martins; Schaan & Silva, 2010:113). Trata-se de uma viagem realizada ao rio Mapuá, no município de Breves, pela pesquisadora Dirse Kern, na década de 1990 onde localizou quatro (04) sítios arqueológicos e um (01) sítio de cemitério. Esses sítios apresentaram “solo com coloração escura, denominada de Terra Preta Arqueológica (TPA) muito utilizada pelas populações locais em função de sua fertilidade” (Dirse Kern, 2008 apud Martins; Schaan & Silva, 2010:113).

Assim, conforme as pesquisas arqueológicas empreendidas na região dos campos, a Ilha de Marajó vem sendo habitada, pelo menos há 3.500 anos. Nos primeiros 1.500 anos, essas pesquisas indicam “a existência de pequenas vilas, de, no máximo, 150m², ocupando os diversos ecossistemas: campos baixos e altos, floresta inundada e de terra firme galeria de florestas ao longo dos rios e zona intermediária entre campo e floresta”. As populações desse período “viviam da caça, pesca, coleta e provavelmente da cultura da mandioca” (Schaan; Martins & Portal, 2010:72).

Beth Meggers e Evans Clifford, os primeiros a instituir no final da década de 1940 uma fase profissional da pesquisa arqueológica no Marajó. Esses pesquisadores identificaram cinco fases de ocupação no arquipélago: Ananatuba, Mangueira, Formiga, Marajoara e Aruã, chamadas de fases da “floresta tropical”. Estas para esses pesquisadores não são culturas nativas do Marajó, mas culturas pré-colombianas, não relacionadas entre si, onde cada uma apresenta um “aparecimento repentino com florescimento fugaz e se sucedendo ou sendo absorvida pela seguinte” (Schaan, 1996:51).

Argumentam que devido à pobreza dos solos e das várzeas a região amazônica não poderia sustentar grandes contingentes populacionais e tão pouco suportar o desenvolvimento de uma sociedade mais complexa, como a fase marajoara. Esta foi considerada complexa por causa da qualidade de suas cerâmicas, aterros artificiais, construção de tesos e pelas práticas funerárias que a diferenciava das demais fases (Clifford & Meggers 1975 apud Bertho, 1993).

Para este casal de pesquisadores esta fase resulta da penetração de povos que possuía uma estrutura socioeconômica e tecnológica muito mais desenvolvida que os grupos da floresta tropical. Logo, era uma cultura intrusa, proveniente de algum ponto da Bacia Amazônica, especificamente da região andina, noroeste da América do Sul, com centros no Equador e Colômbia. Mas, que degenerou ou entrou em declínio porque, os solos pobres da floresta tropical não permitia o cultivo de uma agricultura de subsistência e com isso seria impossível sustentar uma sociedade avançada.

⁴ Na segunda metade do século XIX a descoberta de artefatos sob o viés das ideias evolucionistas surgiu como prova da antiguidade da espécie humana na terra. Assim, a busca pelas raízes levaram pesquisadores e curiosos lançarem-se em expedições para coletar informações que ajudasse salvar a própria cultura ocidental (Schaan, 2009).

⁵ Esse projeto foi realizado em seis municípios desse arquipélago, isto é, Bagre, Breves, Gurupá, Portel e Santa Cruz do Arari, onde foram identificados 169 sítios e 30 ocorrências arqueológicas. Desse total, 13 sítios foram encontrados em Breves – um histórico, um multicomponencial e onze cerâmicos (Schaan & Martins, 2010).

Essas ideias foram refutas, por sua compatriota, a também arqueóloga Anna Roosevelt, que romperá com a hegemonia exercida por Meggers na arqueologia do Marajó e instituirá uma terceira fase dos estudos arqueológicos nessa região. Esta pesquisadora se dedicou aos estudos de sociedades complexas na Amazônia, em especial, na cidade de Santarém, e por meio destes defende ter ocorrido na floresta amazônica e, por conseguinte, no Arquipélago do Marajó uma longa e complexa sequência de ocupação intensa, sem nenhum sinal de retardamento aos limites imposto pelo meio ambiente. Ao contrário as populações desenvolveram importantes inovações culturais que poderiam ser observada mais tarde pelo novo mundo (Bandeira, 2005).

Roosevelt afirmou que a hipótese de Meggers da teoria de migração confirmada por meio da descoberta de fragmentos de cerâmica policrômica em diversas regiões da Bacia Amazônica, e pela pobreza do solo amazônico não se sustenta. Isso porque Meggers ignora a possibilidade de variabilidade interna da cerâmica marajoara durante uma mesma ocupação. Além de ignorar o fato de vários fatores naturais e antrópicos estarem envolvidos no processo de formação dos sítios arqueológicos na floresta tropical (Schaan, 1996; Neves, 2000).

Para Roosevelt as várzeas da Amazônia tem prioridade cronológica em relação às áreas montanhosas tanto nas ocupações quanto no desenvolvimento das cerâmicas (Bertho, 1993; Schaan, 1996; Neves, 2000). Demonstrou que a duração da fase marajoara foi muito maior que a sugerida por Meggers. Esta fase de acordo com os dados obtidos abrange um período iniciado no século IV d.C. e finaliza por volta do século XIII d.C. Argumenta que as influências estilísticas sofridas pela cerâmica marajoara não podem ser proveniente dos Andes e sim da floresta tropical, que inclusive pode ter contribuído para o desenvolvimento da agricultura dos Andes.

O meio ambiente amazônico, não era, portanto, pobre como entendia Meggers, mas rico em nutrientes, logo se apresentava favorável ao desenvolvimento humano, de forma a justificar a presença de sociedades hierárquicas do tipo “cacicado”, os quais eram autóctones, provenientes diretamente de culturas ceramistas anteriores da Amazônia Oriental, sem qualquer ligação com a região andina. Assim, a baixa densidade populacional na Amazônia não tem haver com as adversidades ecológicas, mas com as guerras entre os indígenas e os colonizadores pela conquista das riquezas naturais e a própria escravização dos indígenas. Enfatiza que as terras baixas dessa região poderiam ter sido ocupadas muito cedo podendo ser classificadas como o “lugar de origem de alguns importantes desenvolvimentos culturais para as Américas” (Roosevelt, 1992:53).

Os dados apresentados por Roosevelt permitem Schaan (1996:53) entender que:

a Ilha de Marajó suportou uma civilização altamente desenvolvida, por quase 1.000 anos, até aproximadamente o ano de 1300 A.D. E não só esta população não decaiu sob as agruras do clima e da geografia da Ilha como nela se desenvolveu, florescendo ali uma das civilizações mais complexas da pré-história recente das Américas.

Para essa arqueóloga (2010) os povos anteriores as sociedade complexas sofreram com o difícil clima de fevereiro a maio controlado pelo expressivo volume de água (chuva e enchentes) e de agosto a dezembro pelo escaldante sol do Equador. Esses povos aprenderam a lidar com a dinâmica ecológica da ilha, e como isso a água foi aproveitada, controlada e manejada por meio da construção de lagos e barragens para a pesca de peixes. Dentro de algumas décadas desenvolveram um sistema de controle hidráulico experimentado nas cabeceiras de rios a partir da era cristã, e foi disseminado por toda ilha de modo a reproduzirem técnicas de manejo, provavelmente no início realizado pelo coletivo das

famílias, e posteriormente controlado por grupos restritos que deveriam ocupar posição dominante. Assim surgiram os cacicados do Marajó como efeito secundário do manejo hidráulico (Schaan; Martins & Portal, 2010).

Schaan, Martins e Portal (2010:73) demonstram que tais,

cacicados surgiram a partir do século V, quando imensas plataformas de terra, com até 12m de altura e 2 a 3 hectares em área, passaram a ser erguidas imponentemente sobre a paisagem tediosamente plana dos campos, consistentemente localizados nas cabeceiras de rios e juntos a lagos extremamente piscosos.

Com a prática da pesca em três séculos as aldeias se multiplicaram levando a proliferação de tesos (plataformas de terra), construídos “pelo acúmulo de sedimento retirado da limpeza dos lagos e os sistemas de represamento de água e peixes” (Schaan, 2014:25). Teoria que refuta a hipótese de migração sustentada por Meggers em detrimento do solo pobre da Amazônia e demonstra a capacidade dos povos indígenas de criar estratégias de ressignificação, questão também ignorada por Meggers.

Para a pesquisadora, essa economia pesqueira traduzida em uma economia política regional passou a ser dominada pelas elites locais, as quais no século IX terão acesso a bens de prestígios, a exemplo, das lâminas de machados trocados por meio de uma rede suprarregionais. Essas sociedades começaram a entrar em declínio a partir do século XIII, por razões desconhecidas. Em parte isso pode ser explicado pela perda de controle dos chefes sobre a vida cerimonial e divisão do trabalho. Todavia as populações chamadas pelos colonizadores de “nheengãbas podem ser provavelmente remanescentes dos povos marajoaras, que apesar do colapso sociopolítico, ainda compartilhavam dos mesmos costumes e da mesma cultura” (Schaan, 2009:37).

Schaan, assim como Roosevelt abre possibilidade para novas perspectivas e concepções de análise da história da ocupação humana no arquipélago do Marajó. Além disso, permite refletir sobre o papel da ciência arqueológica, de seus métodos e do arqueólogo na relação com a vida e a história de uma sociedade.

Arqueologia no Mapuá: reflexões sobre a cultura material



Mapa da Localização do Mapuá no Arquipélago do Marajó.
Fonte: Diogo Costa, 2015

As relíquias nos oferecem apenas conjecturas sobre o comportamento e convicções; para demonstrar reações e motivos do passado, os artefatos precisam ser ampliados por relatos e reminiscências (Lowenthal, 1998:156).

O Mapuá é um rio, localizado aproximadamente a 200 km da cidade de Breves. Neste rio vivem atualmente cerca de, 719 famílias distribuídas em 16 comunidades, à maioria trabalhando com a extração de produtos da floresta, como madeira, palmito e cultivo da mandioca, em suas respectivas áreas de uso familiar conforme estabelece o plano de uso da Reserva Extrativista Mapuá, criada em 2005 pelo governo federal. O acesso a essas comunidades dá-se somente por meio do transporte fluviomarítimo que em média compreende 12h de viagem entre o núcleo urbano de Breves e o Mapuá.

Neste rio, de acordo com Schaan (2009) e Pacheco (2010) a nação indígena dos Mapuás, vindo do Estado do Amapá, em 1610, se uniu a outros grupos indígenas, como Anajá, Mamaianá etc. Os Mapuás, segundo esses pesquisadores eram considerados fortes e valentes e foi um dos grupos que resistiu às imposições dos colonizadores. Atualmente, não se encontram nenhum descendente direto desses povos, o que se tem são vestígios arqueológicos que podem ser encontrados, principalmente no sítio de cemitério indígena na comunidade Vila Amélia, local da reunião entre o Padre Antônio Vieira e os chefe dos indígenas, conforme citado anteriormente. Além dos vestígios, é possível dizer que os povos indígenas estão presentes nas práticas, saberes, conhecimentos tradicionais que os moradores do Mapuá possuem e se traduzem nas diferentes formas de se relacionarem entre si e até mesmo com a cultura material.

Como já citado, no Mapuá, além do cemitério indígena, Dirse Kern identificou também quatro (04) sítios arqueológicos. E desde então, nenhum outro estudo arqueológico sobre os sítios e a cultura material dessa localidade foi realizado, o que ratifica o argumento apresentado de que em termos arqueológicos, o Marajó das Florestas é um tesouro a ser descoberto. Com minha inserção em campo, foi possível encontrar no Mapuá, além do referido sítio de cemitério indígena, antigos casarões da época áurea do tempo da borracha e cemitérios com enterramento do século XIX, conforme ilustro com as imagens a seguir:



Enterramento do século XIX: Imagem capturada durante a pesquisa de campo na comunidade Joaquim Nunes Horta, Cemitério Tu Já, Rio Mapuá, arquipélago do Marajó-PA. Fonte: Costa, 2015.



Caseirão da época da Borracha: Imagem capturada durante a pesquisa de campo na comunidade Santa Rita, Rio Mapuá, arquipélago do Marajó-PA.
Fonte: Costa, 2015.

Nesse primeiro contato minha principal fonte foi às narrativas orais de moradores desse rio. Assim, na companhia de uma guia local, do orientador e de colegas do doutorado percorremos primeiro em direção ao lago do socó, onde encontramos um cemitério de enterramento, e uma cruz milagrosa. Depois seguimos na direção do lago do jacaré onde também encontramos um cemitério de enterramento e caseirões antigos.

Com esse exercício etnográfico não coletamos material arqueológico, apenas capturamos imagens como ilustrado acima, bem como conversamos e entrevistamos moradores, como o senhor Josimar da Silva, 45 anos, líder comunitário. Para este interlocutor os cacos e pedaços de cerâmicas encontradas no Mapuá, bem como as igaçabas do cemitério indígena, retratam a história desse lugar. Narra ele: “nesse cemitério [...] está à história do povo daqui do Mapuá”. Acrescentou: “Se as pessoas conhecerem a história desse cemitério que é nossa também vão aprender a reconhecer a gente”.

Esse interlocutor coloca em questão a importância das marcas arqueológicas para conhecermos a história da ocupação humana nessa região. Uma história que é também das gerações no presente. Ideia igualmente sustentada por Antônio Galo, 56 anos. Para esse interlocutor o cemitério indígena é o local onde estão os restos de seus ancestrais. Relata: “lá foi sepultado todos os entes queridos parentes da minha vó, meu, que na verdade sou ainda da mesma tribo [...]”.

Os relatos evidenciam que ambos interlocutores reconhecem a importância dos artefatos para se conhecer a história dos indígenas no Marajó. Contudo, esse não é um entendimento da maioria, ao contrário alguns moradores achavam estranho nosso interesse pelo que eles chamam de “coisas velhas”. Todos sabiam relatar que já haviam encontrado cacos de cerâmicas no caminho da roça e na mata em geral e ao saber que tais vestígios podem ser bem antigos e de origem indígena, e que, por meio deles, é possível conhecer e compreender melhor a história do lugar, bem como o modo de vida das pessoas, relatavam: “é comum a gente encontrar essas coisas velhas por aqui, principalmente quando a água está baixa, mas como não tem nenhuma serventia pra gente, não tem valor não damos importância. Às vezes, as crianças brincam e depois jogam fora”.

Pode-se interpretar que a não serventia atribuída por esses moradores “as coisas velhas” encontradas no Mapuá não significa também o não reconhecimento de outras gerações. Ao contrário, entendem que são marcas deixadas por pessoas do passado, porém, como são apenas pedaços e que, por isso não tem valor de “uso e de troca” – como era o caso das urnas funerárias indígenas encontradas pelos moradores do Marajó dos campos, as quais segundo os arqueólogos eram utilizadas como depósito de farinha – não servem para esses moradores.

Daí entender e argumentar com base em Schaan (2009) que a arqueologia nessa porção da Amazônia paraense tem o papel não só de identificar sítios e, quiçá, contar histórias sobre o passado, mas a partir dessas histórias pode e deve refletir criticamente sobre o presente e assim planejar o futuro.

Algumas considerações

A história da ocupação humana no arquipélago do Marajó, em especial, da parte ocidental denominada por Pacheco (2006) de “Marajó das Florestas” caracteriza-se como um desafio para a pesquisa arqueológica. Pois, como enfatizado neste texto, até então essa região foi pouca explorada em termos de pesquisas arqueológicas. Por isso, o que conhecemos sobre as nações indígenas que viveram nessa parte, como os Mapuás, ainda são bastante incipientes. As informações que se têm acerca desses povos dão-se a partir das pesquisas realizadas no Marajó dos campos.

Com essas pesquisas, apreendemos que os povos indígenas desse arquipélago tiveram sua história, vida, memória, cultura ocultada pela colonização ocidental. A maioria desses sujeitos foram mortos, perseguidos e escravizados. Foram arrancados de um território, pelo qual lutaram bravamente, mas que foram vencidos e cruelmente “dominados”. Essa dominação negou a esses sujeitos não só o direito a terra, mas, ao seu modo de vida, suas práticas e saberes condenadas pelos colonizadores como selvageria.

Em nome da civilização muitos desses indígenas foram integrados as missões religiosas, como também, levados para trabalharem como pião nas fazendas, escravos nos engenhos etc. E, assim, obrigados a incorporar outras práticas e saberes, o que de certo modo ajudaram “dizimar” em parte essas nações. Em parte, porque mesmo com esse processo

violento muitos dos saberes e práticas culturais desses povos foram e são constantemente ressignificadas por gerações formadas a partir do contato interétnico.

Portanto, esses indígenas deixaram mais do que artefatos, deixaram práticas e saberes, que como mencionado, estão incorporadas no modo de vida dos sujeitos no presente. Por isso, dizer que no Mapuá, ainda que não existam descendentes diretos dos indígenas é possível afirmar que esses povos estão presentes nas práticas, saberes, conhecimentos tradicionais de muitos moradores desse rio. Com minha breve inserção no campo dessa pesquisa, foi possível observar e analisar nas próprias narrativas de alguns moradores que os indígenas do Mapuá não foram totalmente dizimados pela colonização. Ao contrário resistiram e estão presentes nas marcas arqueológicas que a arqueologia precisa conhecer e desvendar.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **LEI Nº 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>.

BANDEIRA, Arkley Marques. **O povoamento da América visto a partir dos sambaquis do Litoral Equatorial Amazônico do Brasil**, 2005. Disponível em: <<http://www.fumdam.org.br/fumdamentos7/artigos/21%20Arkley.pdf>>. Acesso em setembro de 2014.

BERTHO, Angela Maria de Moraes. **MUSEU PARAENSE: A ANTROPOLOGIA NA PERSPECTIVA DE UM SABER SOBRE E NA AMAZÔNIA (1886 - 1921)**. 801. Mus. Para. Emílio Coe/di. sér. Antropol. 9(1). /1993. Disponível em: <<http://repositorio.museu-goeldi.br/jspui/handle/123456789/732>>.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História 17**, São Paulo, n. 17, 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw. “Introdução: tema, método e objetivos desta pesquisa”. In: **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, Cristiane P.; SCHAAN, Denise Pahl & SILVA, Wagner Fernando da Veiga e. Arqueologia do Marajó das Florestas: fragmentos de um desafio. In: Schaan, Denise P.; Martins, Cristiane P. (Orgs.). **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. 1. ed. Belém: GKNORONHA, 2010.

NEVES, EDUARDO GÓES. O VELHO E O NOVO NA ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA. **R-EVISTA USP**, São Paulo, n.44, p. 86-111, dezembro/fevereiro 1999-2000. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/44/06-eduardo.pdf>>. Acesso em jun de 2015.

PACHECO, Agenor Sarraf. A conquista do Ocidente Marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: Schaan, Denise P.; Martins, Cristiane P. (Orgs.). **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. 1. ed. Belém: GKNORONHA, 2010, p. 11-30.

_____. As Áfricas nos Marajós: visões, fugas e redes de contato. In. Schaan, Denise P.; Martins, Cristiane P. (Orgs.). **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. 1. ed. Belém: GKNORONHA, 2010, p. 31-70.

_____. En el corazón de la Amazonia: Identidades, Saberes e Religiosidade no Regime das águas. 354 f. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <www.ppgcs.ufpa.br/arquivos/teses/teseTurma2005>.

_____. **À Margem dos “Marajós”: cotidiano, memórias e imagens da “Cidade-Floresta” Melgaço-Pa**. Belém: Paka-Tatu, 2006.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Relatos Oraís: Do ‘indizível’ ao ‘dizível’”. In: LUCENA, Célia T.; CAMPOS, M^a Christina S. de Souza; DERMATINI, Zeila de B. F. (Orgs.). **Pesquisa em ciências sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz**. São Paulo: CERU, 2008.

ROOSEVELT, A. C. Arqueologia Amazônica. In: Cunha, M. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SCHAAN, Denise Pahl. Arqueologia para Etnólogos: Colaborações entre Arqueologia e Antropologia na Amazônia. Anuário Antropológico, **Dossiê: "Aprofundando a Amazônia: Contribuições da Arqueologia à Etnologia"**, 2014.

_____; Martins, Cristiane P. & Portal, Vera Lúcia M. Patrimônio Arqueológico do Marajó dos Campos. In: Schaan, Denise P.; Martins, Cristiane P. (Orgs.). **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. 1. ed. Belém: GKNORONHA, 2010.

_____. **Marajó: arqueologia, iconografia, história e patrimônio**. Erechim, RS: Habilis, 2009.

_____. **A LINGUAGEM ICONOGRÁFICA DA CERÂMICA MARAJOARA**. 1996. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://marajoara.org/Linguagem_Iconografica_Diss_Completa.pdf>.